

Unidade de Monitorização
de Políticas Públicas

ESTUDOS

ESTUDO DE CASO: ANÁLISE DO PERFIL DE INVESTIMENTO
NO REFORÇO DO SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
APOIADO PELO QREN 2007-2013 NA REGIÃO ALENTEJO

Paulo Neto, Maria Manuel Serrano, João Fermisson, Nuno Duarte e Cristina Nunes

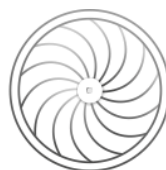
UMPP Estudos Nº 2 | 2015



UNIVERSIDADE
DE ÉVORA



UNIVERSIDADE
DE ÉVORA



UMPP®
Unidade de Monitorização
de Políticas Públicas

Ficha Técnica

Título: UMPP Estudos

Série: Estudos - Unidade de Monitorização de Políticas Públicas (UMPP)

Coordenação: Paulo Neto e Maria Manuel Serrano

Autores do UMPP Estudos nº 2 | 2015: Paulo Neto, Maria Manuel Serrano, João Fermisson, Nuno Duarte e Cristina Nunes

Design gráfico: Cristina Brázio

Numeração: UMPP Estudos nº 2 | 2015

Edição: Universidade de Évora

Data: 2015

ISSN 2183-5519

Periodicidade quadrimestral

Unidade de Monitorização de Políticas Públicas (UMPP)

Universidade de Évora

Casa Cordovil, Sala 128, Rua Dom Augusto Eduardo Nunes, nº7

7000-651 Évora - Portugal

e-mail: umpp@uevora.pt

www.umpp.uevora.pt



Os UMPP Estudos são publicados sob a responsabilidade da Unidade de Monitorização de Políticas Públicas (UMPP) da Universidade de Évora. As opiniões expressas e os argumentos apresentados nesta publicação não vinculam a Universidade de Évora nem as demais entidades que financiam a actividade da UMPP ou aquelas com as quais a UMPP colabora.

APRESENTAÇÃO DA UMPP

A Unidade de Monitorização de Políticas Públicas (UMPP) da Universidade de Évora é uma estrutura técnica e científica dedicada à produção de conhecimento e informação sobre conceção, monitorização e avaliação de políticas públicas.

A UMPP foi criada com o apoio do Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013 (INALENTEJO) e tem como objetivo principal promover a avaliação e monitorização das políticas públicas implementadas ou em processo de implementação na unidade territorial NUTS II do Alentejo, bem como assegurar a ampla disseminação desse conhecimento neste âmbito territorial.

A competitividade dos países, das regiões e das empresas está cada vez mais dependente das condições em que uns e outras tomam decisões e as concretizam de forma eficiente e eficaz. Neste sentido, a capacidade e competência na definição e implementação de políticas públicas por parte do Estado e a assertividade na concretização de estratégias e iniciativas bem sucedidas por parte das demais organizações são hoje factores decisivos para o desempenho das sociedades em que se inserem.

A relevância, pertinência, coerência e valor acrescentado das políticas públicas são hoje aspetos absolutamente cruciais para as condições de desenvolvimento dos países, dos territórios, das organizações e dos indivíduos. Desde logo, em função dos contextos regulamentares e de enquadramento que estabelecem, dos mecanismos de incentivo e estímulo em que assentam, dos paradigmas e visão de futuro para que apontam, do nível de sofisticação e inovação que lhe está associado e da intencionalidade estratégica que imprimem e transmitem, numa perspectiva de médio e longo prazo, aos sectores e atividades a que se destinam.

Num momento em que é cada vez maior o nível de exigência técnica e científica associado ao processo de planeamento da economia, da sociedade e dos territórios, e à construção e salvaguarda das suas condições de competitividade e de desenvolvimento, a Universidade de Évora entendeu criar uma Unidade de Monitorização de Políticas Públicas dedicada à produção de conhecimento e à avaliação e monitorização de políticas públicas aplicadas, ou em processo de aplicação nesta região.

A UMPP desenvolve a sua atividade em estreita cooperação com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA) e em parceria com as seguintes entidades: Delegação Regional do Alentejo do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP); Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRC Alentejo), Entidade Regional de Turismo do Alentejo (Turismo do Alentejo) e Agência para o Desenvolvimento Regional do Alentejo (ADRAL).

A UMPP pauta a sua atividade por princípios de rigor, isenção, transparência e responsabilidade, e uma preocupação constante de auscultação e colaboração com as entidades e agentes da região Alentejo, mas também relativamente às de âmbito nacional e internacional.

Convidamo-lo(a) a conhecer o trabalho que fazemos!

Os UMPP ESTUDOS

A Unidade de Monitorização de Políticas Públicas (UMPP) da Universidade de Évora é uma estrutura técnica e científica dedicada à produção de conhecimento e informação sobre concepção, monitorização e avaliação de políticas públicas.

Os UMPP Estudos são documentos de natureza sectorial e/ou temática, elaborados com a preocupação de assegurar a concretização de análises em profundidade sobre políticas públicas concretas.

Esta publicação destina-se a cumprir um dos objetivos da UMPP, nomeadamente a produção de conhecimento e de informação sobre a concepção, monitorização e avaliação das políticas públicas implementadas, ou em processo de implementação, na Região Alentejo, bem como promover a disseminação dessa informação no contexto regional e nacional.

O UMPP Estudos nº 2 é dedicado ao Estudo de Caso: Análise do Perfil de Investimento no Reforço do Sistema Científico e Tecnológico Apoiado pelo QREN 2007-2013 na Região do Alentejo.

ÍNDICE GERAL

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. MODELO DE ANÁLISE	7
2.1. ANÁLISE POR INSTRUMENTO DE POLÍTICA	8
2.2. ANÁLISE POR ENTIDADE DO SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO REGIONAL (SCTR) DO ALENTEJO	8
2.3. ANÁLISE POR DOMÍNIO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	9
2.4. ANÁLISE POR DOMÍNIO DE ESPECIALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA REGIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE DO ALENTEJO (EREI ALENTEJO)	11
3. OBJETIVOS DE POLÍTICA	13
4. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA.....	15
4.1. SISTEMA DE APOIO A ENTIDADES DO SCTN (SAESCTN)	15
4.2. SISTEMA DE APOIO A PARQUES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E INCUBADORAS DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA (SAPCTIEBT)	17
4.3. SISTEMA DE APOIO A INFRA-ESTRUTURAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS (SAICT)	19
4.4. PROMOÇÃO DA CULTURA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO	21
5. REALIZAÇÕES E RESULTADOS.....	23
5.1. CARACTERIZAÇÃO POR INSTRUMENTO DE POLÍTICA	24
5.2. CARACTERIZAÇÃO POR ENTIDADE DO SCTR DO ALENTEJO	30
5.3. CARACTERIZAÇÃO POR DOMÍNIO CIENTÍFICO	32
5.4. CARACTERIZAÇÃO DA INSERÇÃO NA ESTRATÉGIA REGIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE DO ALENTEJO (EREI ALENTEJO)	35
6. PRINCIPAIS CONCLUSÕES	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo de Caso incide sobre a análise do perfil de investimento empresarial apoiado pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013 na região Alentejo. Do ponto de vista temático, optou-se, nesta fase inicial da atividade da Unidade de Monitorização de Políticas Públicas (UMPP) da Universidade de Évora, por concentrar esforços no domínio da promoção do desenvolvimento económico da região, selecionando para o efeito instrumentos de política integrados na designada Agenda Operacional Temática para a Competitividade. Este Estudo de Caso surge precisamente com esta preocupação e, para além da Introdução, estrutura-se nos seguintes pontos:

- Modelo de Análise – traça as linhas metodológicas e seleciona 4 tópicos a partir dos quais se procura analisar o perfil de investimento no reforço do sistema científico e tecnológico apoiado pelo QREN 2007-2013 no Alentejo. Mais especificamente, o estudo incide sobre a análise dos instrumentos de política; a análise por entidade do Sistema Científico e Tecnológico Regional (SCTR) do Alentejo; a análise e categorização por domínios científicos e tecnológicos (segundo a “Classificação de Domínios Científicos e Tecnológicos 2007”); a análise por domínio de Especialização da Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo (EREI Alentejo).
- Objetivos de Política – a política de Ciência e Tecnologia nacional assumiu, no período 2007-2013, como prioridade o crescimento, o reforço e a consolidação do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), tornando-o mais competitivo no contexto nacional e internacional e incentivando a transferência do conhecimento científico e inovação tecnológica para o tecido produtivo. Para a prossecução desta prioridade da política de Ciência e Tecnologia foi atribuída particular relevância à promoção e ao fortalecimento das competências das entidades do SCTN, através da dinamização e do apoio ao investimento em investigação científica e desenvolvimento tecnológico, em diferentes domínios científicos.
- Instrumentos de Política – o QREN 2007-2013 presidiu à criação de quatro grandes Sistemas de Apoio à Ciência e Tecnologia: Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SAESCTN), operacionalizado através do COMPETE e dos Programas Operacionais Regionais; Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (SAPCTIEBT), operacionalizado através dos Programas Operacionais Regionais; Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas (SAICT), operacionalizado através dos Programas Operacionais Regionais; Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento, operacionalizado através dos Programas Operacionais Regionais.
- Realizações e Resultados – caracteriza-se o perfil de investimento no reforço do sistema científico e tecnológico, de acordo com as dimensões selecionadas no modelo de análise.
- Principais Conclusões – apresentam-se as evidências que emergem da análise do perfil do investimento no reforço do sistema científico e tecnológico apoiado pelo QREN 2007-2013 na Região Alentejo, bem como a distribuição do investimento e do incentivo por Sistema de Apoio, por entidade do Sistema Científico e Tecnológico Regional (SCTR) do Alentejo, por projeto e por localização geográfica do investimento.

2. MODELO DE ANÁLISE

A análise do Perfil de Investimento no Reforço do Sistema Científico e Tecnológico apoiado pelo QREN 2007-2013 na Região do Alentejo, suporta-se no sistema de informação do QREN, designadamente na informação relativa aos projetos aprovados no âmbito dos diferentes Sistemas de Apoio¹, e na informação constante do sistema de informação da Fundação para a Ciência e Tecnologia, do Ministério da Educação e Ciência².

A análise realizada inicia-se com a apresentação dos objetivos de política estabelecidos para a Ciência e Tecnologia no período 2007-2013 e dos instrumentos então disponíveis para apoiar e estimular o investimento no Sistema Científico e Tecnológico.

Para a caracterização do investimento realizado com o apoio dos instrumentos de política disponíveis, são utilizadas diferentes lógicas de análise e categorização, nomeadamente:

1. Análise por Instrumento de Política disponível;
2. Análise por Entidade do Sistema Científico e Tecnológico Regional (SCTR) do Alentejo;
3. Análise e categorização por Domínios Científicos e Tecnológicos (segundo a “Classificação de Domínios Científicos e Tecnológicos 2007”);
4. Análise por Domínio de Especialização da Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo (EREI Alentejo).

Após a exposição dos resultados, são apresentadas as principais conclusões (*vd.* Capítulo 6) no que se refere à Análise do Perfil de Investimento no Reforço do Sistema Científico e Tecnológico apoiado pelo QREN 2007-2013 na Região do Alentejo.

¹ Os dados utilizados na análise foram recolhidos em Abril de 2015 (em <http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>) e referem-se exclusivamente aos projectos localizados apenas na região do Alentejo, face à impossibilidade de desagregação da informação referente a projetos multi-regionais.

² Os dados utilizados na análise foram recolhidos em Abril de 2015 (em <http://www.fct.pt/apoios/projectos/consulta/areas.phtml>) e referem-se aos projectos homologados nos vários concursos do período 2007-2013.

2.1. ANÁLISE POR INSTRUMENTO DE POLÍTICA

A análise do investimento apoiado, por instrumento de política, contempla a distribuição dos projetos aprovados na região Alentejo, por Programa Operacional vocacionado para o apoio do investimento no Reforço do Sistema Científico e Tecnológico, e por tipologia de Sistema de Apoio. Para cada um dos instrumentos considerados apresenta-se: o número de projetos, o montante de investimento (elegível) e o financiamento atribuído.

Os instrumentos de política considerados nesta análise são os sistemas de apoio integrados no Programa Operacional Temático Fatores de Competitividade (COMPETE) e no Programa Operacional Regional do Alentejo (INALENTEJO), nomeadamente:

- SAESCTN – Sistema de Apoio às Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional;
- SAPCTIEBT – Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica;
- SAICT – Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas;
- PCCTDC – Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento.

2.2. ANÁLISE POR ENTIDADE DO SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO REGIONAL (SCTR) DO ALENTEJO

A análise do investimento apoiado contempla a distribuição dos projetos aprovados, na região Alentejo, por tipologia de entidade e pelas próprias entidades do SCTR do Alentejo, apresentando-se: o número de projetos, o montante de investimento (elegível) e o financiamento comunitário concedido.

As tipologias consideradas na análise são as seguintes:

- Entidades de Ensino Universitário;
- Entidades de Ensino Politécnico;
- Centros de Investigação e/ou Tecnológicos;
- Parques de Ciência e Tecnologia;
- *Clusters*.

QUADRO 1 – ENTIDADES DO SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO REGIONAL - ALENTEJO

Tipologia	Entidades
Ensino Universitário	- Universidade de Évora
	- Instituto Superior de Línguas e Administração de Santarém (instituição privada)
Ensino Politécnico	- Instituto Politécnico de Beja
	- Instituto Politécnico de Portalegre
	- Instituto Politécnico de Santarém
	- Escola Superior de Tecnologia e Gestão Jean Piaget do Litoral Alentejano (instituição privada)
Centros de Investigação/ Tecnológicos	- Centro de Estudos Geológicos e Mineiros de Beja (integrado no laboratório de Engenharia e Geologia – LNEG, IP)
	- Polos de Évora e Santarém do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária – INIAV, IP
	- Centro de Biotecnologia Agrícola e Agroalimentar do Alentejo (CEBAL)
	- Campo Arqueológico de Mértola (CAM)
	- Centro Operativo e de Tecnologia do Regadio (COTR)
	- Centro Operativo e Tecnológico do ARROZ (COTArroz)
	- Associação de Agricultores do Sul (ACOS)
Entidades de Interface	- Fundação Luís de Molina da Universidade de Évora
	- Centro de Transferência do Conhecimento do Instituto Politécnico de Beja
	- Coordenação Interdisciplinar para a Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Santarém (C3I)
	- Sines Tecnopolo
Parques de Ciência e Tecnologia	- Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo
	- Parque Tecnológico de Moura
Clusters	- Cluster da Pedra Natural (ValorPedra)

Fonte: Elaborado pelos autores com base em CCDR Alentejo, “Uma Estratégia de Especialização inteligente para o Alentejo”, 2014.

2.3. ANÁLISE POR DOMÍNIO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

A caracterização do investimento no Reforço do Sistema Científico e Tecnológico por domínio/área científica foi feita com recurso à Classificação de Domínios Científicos e Tecnológicos (2007).

Esta nomenclatura corresponde à versão portuguesa da classificação proposta pela OCDE (e adotada pelo EUROSTAT) “Fields of Science and Technology” (FOS).

A Classificação de Domínios Científicos e Tecnológicos é constituída por três níveis hierarquicamente relacionados: 6 grandes áreas (nível 1), 2 subgrandes áreas (nível 2) e 42 áreas (nível 3). O nível 2 da classificação corresponde a uma especificação nacional da grande área “Ciências naturais e exactas”, referindo-se apenas ao desdobramento desta grande área em duas: “Ciências exactas” e “Ciências naturais”.

QUADRO 2 – CLASSIFICAÇÃO DE DOMÍNIOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS, 2007 (FOS)

Grandes Áreas	Subgrandes Áreas	Áreas
1. Ciências exactas e naturais	1 a. Ciências exactas	1.1 Matemática 1.2 Ciências da computação e da informação 1.3 Física 1.4 Química
	1 b. Ciências naturais	1.5 Ciências da terra e ciências do ambiente 1.6 Ciências biológicas 1.7 Outras ciências naturais
2. Ciências da engenharia e tecnologias	Áreas	
	2.1 Engenharia civil 2.2 Engenharia electrotécnica, electrónica e informática 2.3 Engenharia mecânica 2.4 Engenharia química 2.5 Engenharia dos materiais 2.6 Engenharia médica 2.7 Engenharia do ambiente 2.8 Biotecnologia ambiental 2.9 Biotecnologia industrial 2.10 Nanotecnologia 2.11 Outras ciências da engenharia e tecnologias	
3. Ciências médicas e da saúde	3.1 Medicina básica 3.2 Medicina clínica 3.3 Ciências da saúde 3.4 Biotecnologia médica 3.5 Outras ciências médicas	
4. Ciências agrárias	4.1 Agricultura, silvicultura e pescas 4.2 Ciência animal e dos lacticínios 4.3 Ciências veterinárias 4.4 Biotecnologia agrária e alimentar 4.5 Outras ciências agrárias	
5. Ciências sociais	5.1 Psicologia 5.2 Economia e gestão 5.3 Ciências da educação 5.3 Sociologia 5.5 Direito 5.6 Ciências políticas 5.7 Geografia económica e social 5.8 Ciências da comunicação 5.9 Outras ciências sociais	
6. Humanidades	6.1 História e arqueologia 6.2 Línguas e literaturas 6.3 Filosofia, ética e religião 6.4 Artes 6.5 Outras humanidades	

Fonte: Elaborado pelos autores com base em tradução portuguesa da “Revised classification of Fields of Science and Technology (FOS)”, Manual de Frascati, 2006.

2.4. ANÁLISE POR DOMÍNIO DE ESPECIALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA REGIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE DO ALENTEJO (EREI ALENTEJO)

A Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo (EREI do Alentejo), uma das componentes fundamentais da estratégia de desenvolvimento regional, visa, no essencial, melhorar a competitividade e a internacionalização da economia regional, suportada nas suas vantagens competitivas diferenciadoras e nas capacidades e competências do Sistema Científico e Tecnológico (SCT) Regional.

A EREI do Alentejo identifica um conjunto de prioridades temáticas e propõe quatro grandes objetivos estruturais: i) Melhorar o desempenho do Sistema Regional de Inovação; ii) Explorar áreas emergentes; iii) Intensificar os padrões de interação e cooperação entre atores, reforçando a combinação simbiótica entre recursos e actividades económicas; iv) Promover a construção coletiva de vantagens competitivas e de *spillovers* económicos e de conhecimento.

É neste âmbito que se enquadra a definição dos domínios prioritários de especialização inteligente, onde se registam maiores dinâmicas de crescimento, de inovação ou de inserção na globalização, em articulação com o potencial do SCT Regional, nomeadamente:

- Alimentação e Floresta;
- Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais;
- Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo;
- Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente;
- Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social.

A análise do investimento no reforço do Sistema Científico e Tecnológico, por domínio de especialização da EREI do Alentejo, baseia-se no alinhamento temático de cada um dos cinco domínios de especialização identificados na estratégia com a área científica (FOS, 2007) dos projetos aprovados³.

³ A associação foi feita com base na interpretação lata dos Autores do EC, dada a inexistência da sistematização das áreas científicas (de acordo com a FOS) de suporte à operacionalização da EREI Alentejo.

QUADRO 3 – CLASSIFICAÇÃO POR DOMÍNIO DE ESPECIALIZAÇÃO DA EREI ALENTEJO

Domínio de Especialização	Área Científica (FOS)
Alimentação e Floresta	4.1 Agricultura, silvicultura e pescas 4.2 Ciência animal e dos laticínios 4.3 Ciências veterinárias 4.4 Biotecnologia agrária e alimentar 4.5 Outras ciências agrárias
Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais	1.5 Ciências da terra e ciências do ambiente 1.6 Ciências biológicas 1.7 Outras ciências naturais 2.7 Engenharia do ambiente 2.8 Biotecnologia ambiental
Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo	5.8 Ciências da comunicação 6.1 História e arqueologia 6.2 Línguas e literaturas 6.4 Artes 6.5 Outras humanidades
Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente	1.2 Ciências da computação e da informação 2.1 Engenharia civil 2.2 Engenharia eletrotécnica, eletrónica e informática 2.3 Engenharia mecânica 2.4 Engenharia química 2.5 Engenharia dos materiais 2.9 Biotecnologia industrial 2.10 Nanotecnologia 2.11 Outras ciências da engenharia e tecnologias
Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social	2.6 Engenharia médica 3.3 Ciências da saúde 3.5 Outras ciências médicas 5.1 Psicologia

Fonte: Elaborado pelos autores.

3. OBJETIVOS DE POLÍTICA

A política de Ciência e Tecnologia nacional assumiu, no período 2007-2013, como prioridade o crescimento, o reforço e a consolidação do Sistema Científico e Tecnológico Nacional⁴ (SCTN), tornando-o mais competitivo no contexto nacional e internacional e incentivando a transferência do conhecimento científico e inovação tecnológica para o tecido produtivo.

Para a prossecução desta prioridade da política de Ciência e Tecnologia foi atribuída particular relevância à promoção e ao fortalecimento das competências das entidades do SCTN⁵, através da dinamização e do apoio ao investimento em investigação científica e desenvolvimento tecnológico, em diferentes domínios científicos.

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) constituiu a base para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013. Este apresentou como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses, valorando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas. Este desígnio expressou-se em três grandes Agendas Operacionais Temáticas, que incidiram sobre três domínios essenciais de intervenção: o Potencial Humano, os Fatores de Competitividade da economia e a Valorização do Território. A sua concretização foi feita através de correspondentes programas operacionais temáticos, regionais e de cooperação territorial. Estes programas foram co-financiados respectivamente pelo Fundo Social Europeu (FSE), pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e, conjuntamente, pelo FEDER e Fundo de Coesão.

No âmbito da política de Ciência e Tecnologia, o principal desígnio assumido no QREN consistiu na intensificação do esforço de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT) e da articulação entre empresas e centros de saber, por forma a acelerar a difusão, a transferência e a utilização de tecnologias, conhecimentos e resultados de I&DT por parte do tecido empresarial.

O Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE) e os Programas Operacionais Regionais do Continente integraram os instrumentos de apoio orientados à política de Ciência e Tecnologia (C&T) e à concretização dos seus objetivos e prioridades.

Ao nível do Eixo I – Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico do COMPETE, onde se enquadraram várias linhas de apoio às entidades do SCTN, foram definidas múltiplas prioridades, nomeadamente:

- Apoiar o reforço das competências das instituições científicas e tecnológicas;
- Apoiar projetos de I&DT nas empresas ou em consórcio;
- Realizar Cursos de Educação e Formação;
- Estimular o desenvolvimento de projetos de investigação coletiva;

⁴ O SCTN é comumente definido como o conjunto dos recursos humanos, financeiros, institucionais e de informação, projetos e atividades organizados para a produção e endogeneização de conhecimento, invenção e inovação de base científica, transferência e fomento da aplicação de conhecimentos novos, divulgação da ciência e promoção da cultura científica, a fim de se alcançarem os objetivos do desenvolvimento económico e social.

⁵ Unidades de I&D dos setores estado, ensino superior, organismos públicos de coordenação e gestão de ciência e tecnologia, empresas com atividades de I&D e instituições privadas sem fins lucrativos.

- Apoiar a demonstração, experimentação tecnológica, disseminação e a transferência de tecnologia para as empresas;
- Apoiar a criação de núcleos de I&DT nas empresas;
- Dinamizar a procura tecnológica;
- Estimular o uso da propriedade industrial;
- Estimular o acesso a projetos do 7.º Programa Quadro de I&DT e outros programas comunitários.

Nos Programas Operacionais Regionais, também ao nível do Eixo I destes programas, foram enquadrados os instrumentos de apoio ao SCTN em várias áreas de intervenção, designadamente:

- Apoio a entidades do SCTN, visando:
 - A promoção da cultura científica e tecnológica;
 - O reforço das competências das instituições científicas e tecnológicas;
 - A promoção de projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT);
 - A promoção do desenvolvimento de redes temáticas e parcerias internacionais em C&T;
 - O estímulo do acesso e a promoção do sucesso da participação de instituições portuguesas em programas internacionais.
- Promoção da Cultura Científica e Tecnológica, visando:
 - A promoção da cultura científica e tecnológica;
 - A disseminação e difusão do conhecimento;
 - A consolidação e alargamento de infraestruturas e equipamentos de divulgação e animação científica e tecnológica.
- Infra-estruturas científicas e tecnológicas, visando:
 - A consolidação e a qualificação da oferta de tecnologias, serviços e produtos de base tecnológica através da criação ou promoção da expansão de infraestruturas tecnológicas e de difusão de tecnologia que fomentem a capacitação e a qualidade de entidades do SCTN;
 - A promoção da inovação tecnológica e o estímulo à criação e ao crescimento de novos negócios de base tecnológica.
- Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base tecnológica, visando:
 - A criação, promoção ou expansão das infra-estruturas de acolhimento e apoio a atividades de C&T;
 - A valorização económica e social das actividades de C&T e de resultados de Investigação e Desenvolvimento (I&D) tendo como principal objectivo a evolução estrutural da economia das regiões para sectores tecnológicos.

Em conformidade, foram então desenhadas várias tipologias de intervenção para apoiar o SCTN.

4. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA

O Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE) e os Programas Operacionais Regionais (POR) integraram os instrumentos de apoio orientados à política de C&T, apoiando os projetos de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico dinamizados pelas entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), com o objectivo de consolidar e reforçar as suas competências com vista a tornar o sistema mais competitivo e internacional e promover uma aproximação entre as empresas e os centros de saber. Apoiou igualmente a promoção da cultura científica e tecnológica e projectos de interesse estratégico de entidades de I&D, assim como o investimento nas infra-estruturas de C&T.

Neste quadro foram então criados os sistemas de apoio à C&T, nomeadamente:

- SAESCTN - Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, operacionalizado através do COMPETE e dos Programas Operacionais Regionais;
- SAPCTIEBT - Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica, operacionalizado através dos Programas Operacionais Regionais;
- SAICT - Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas, operacionalizado através dos Programas Operacionais Regionais;
- Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento, operacionalizado através dos Programas Operacionais Regionais.

4.1. SISTEMA DE APOIO A ENTIDADES DO SCTN (SAESCTN)

O Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SAESCTN) é uma tipologia de intervenção do Eixo Prioritário I, do Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE). Este sistema de apoio foi operacionalizado através não só do COMPETE mas também dos Programas Operacionais Regionais Norte, Centro e Alentejo.

O SAESCTN visou o crescimento e o reforço do SCTN, bem como a intensificação do esforço de I&D e a criação de novos conhecimentos com vista ao desenvolvimento do País e ao aumento da sua competitividade. Prosseguiu enquanto objetivos:

- A promoção da cultura científica e tecnológica, através de projetos e atividades específicas;
- O reforço das competências das instituições científicas e tecnológicas, nomeadamente, através do financiamento de programas e projetos de IC&DT em todos os domínios científicos;
- A promoção de projectos de IC&DT orientados para a implementação de políticas públicas;
- A promoção do desenvolvimento de redes temáticas e parcerias internacionais em Ciência e Tecnologia;
- O apoio ao acesso e a promoção do sucesso da participação de instituições portuguesas em projetos do 7.º Programa Quadro de IC&DT e outros programas internacionais de C&T.

Em linha com estes objetivos, foram definidas as seguintes tipologias de projetos:

- Projetos de IC&DT, compreendendo actividades de investigação fundamental, investigação aplicada e/ou desenvolvimento experimental e tecnológico, e envolvendo uma ou várias entidades do SCTN, de acordo com as seguintes modalidades:
 - Projetos em todos os domínios científicos;
 - Projetos de redes temáticas de C&T;
 - Projetos de criação e operação de consórcios de IC&DT;
 - Projetos orientados para a implementação de políticas públicas ou para a valorização de resultados da investigação científica;
 - Projetos de cooperação internacional, no âmbito de parcerias e acordos de cooperação;
- Projetos de estímulo à participação no Programa Quadro de IC&DT e outros programas internacionais, de acordo com as seguintes modalidades:
 - Apoio à fase preparatória das candidaturas;
 - Projeto complementar ao apoio do 7º Programa Quadro de IC&DT da UE;
- Projetos de promoção da cultura científica e tecnológica, de carácter transversal, nomeadamente no âmbito da “Ciência Viva”;
- Programas integrados de IC&DT, visando o reforço, expansão e racionalização institucional de entidades ou grupos de entidades do SCTN, desenvolvidos em complementaridade com operações, recentes ou em curso, de aumento de capacidade em instalações e equipamento. Estes programas deveriam estruturar-se em torno de um conjunto de linhas de investigação científica específicas, com produção científica continuada e de alta qualidade, incorporar desejavelmente ações relativas às diferentes fases do ciclo de atividades de I&D e contribuir de forma relevante para a criação de emprego científico e tecnológico.

A gestão do SAESCTN foi assegurada pela Autoridade de Gestão do COMPETE, tendo esta delegado competências de gestão, avaliação, acompanhamento e controlo em três organismos intermédios, nomeadamente: i) a Agência de Inovação, SA (ADI) para projetos que envolvessem empresas; ii) a Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP (FCT), entidade responsável pela coordenação das políticas e financiamento público da investigação científica e tecnológica nacional, para os restantes projetos; iii) Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (Ciência Viva - ANCCT), para projetos de promoção da cultura científica e tecnológica, de carácter transversal.

Eram beneficiários do SAESCTN, individualmente ou em associação, Instituições do Ensino Superior, Laboratórios Associados, Laboratórios do Estado, instituições privadas sem fins lucrativos cujo objetivo principal são as atividades de C&T, empresas inseridas em projetos de IC&DT ou parcerias internacionais, e outras instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos que desenvolvessem ou participassem em atividades de investigação científica ou de educação e cultura científica e tecnológica.

Territorialmente, o SAESCTN foi aplicado nas regiões Objetivo de Convergência - Regiões NUTS II Norte, Centro e Alentejo.

As candidaturas ao SAESCTN processaram-se, em regra, através de concursos públicos, cujos Avisos de Abertura eram definidos e publicitado pela Autoridade de Gestão do COMPETE em articulação com os organismos intermédios, sendo divulgados, para além dos meios legais estabelecidos, através dos respetivos sítios na Internet.

O apoio aos projetos aprovados no âmbito do SAESCTN revestiu a forma de financiamento não reembolsável e a taxa máxima de financiamento (FEDER) foi de 85% das despesas elegíveis executadas por entidades públicas e privadas sem fins lucrativos e de 50% no caso de empresas.

4.2. SISTEMA DE APOIO A PARQUES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E INCUBADORAS DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA (SAPCTIEBT)

O Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia⁶ e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica⁷ (SAPCTIEBT) é uma tipologia de intervenção do Eixo Prioritário I dos Programas Operacionais Regionais do Continente, tendo sido operacionalizado através destes programas e financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

O SAPCTIEBT visou:

- Criar, promover, consolidar ou expandir infraestruturas de acolhimento e apoio a atividades de Ciência e Tecnologia (C&T) e à valorização económica e social dessas atividades e de resultados de Investigação e Desenvolvimento (I&D), nomeadamente, parques de C&T (também designados por polos tecnológicos ou parques tecnológicos), incubadoras de empresas de base científica e/ou tecnológica, tendo como principal objetivo a evolução estrutural da economia nacional para setores tecnológicos;
- Estimular relações institucionais entre empresas, unidades de I&D e instituições de ensino superior aproximando centros de criação e difusão de conhecimento dos diferentes setores institucionais, fortalecendo sistemas regionais e setoriais de inovação e desenvolvimento de competências;
- Promover processos de transferência de tecnologia entre entidades do SCTN e o tecido produtivo, fomentando a interação entre agentes;
- Promover a valorização económica e social da C&T e o empreendedorismo de base científica e/ou tecnológica, estimulando a criação e o desenvolvimento de empresas de base científica e/ou tecnológica.

⁶ Espaços de acolhimento e interação que se organizam e estabelecem, em parceria com entidades do SCTN, com o objetivo de estimular o fluxo de conhecimentos e de tecnologias entre entidades do SCTN, empresas e mercados, facilitando a localização de atividades de I&D, a criação e o desenvolvimento de empresas de base científica e/ou tecnológica através de processos de incubação de empresas, fornecendo ainda outros serviços de valor acrescentado, bem como espaços e serviços de apoio de elevada qualidade.

⁷ Espaços de acolhimento e apoio a empreendedores na criação e instalação de empresas de base tecnológica. Apoiam o desenvolvimento de novos negócios durante o período de arranque, capacitando pequenas empresas de base científica e/ou tecnológica e oferecendo serviços diversificados, tais como a disponibilização de espaços devidamente equipados e o apoio administrativo, servindo ainda de interface entre instituições de I&D e empresas e entre estas e os mercados.

Eram susceptíveis de financiamento, no âmbito do SAPCTIEBT, as seguintes tipologias de operações:

- Infraestruturas físicas Parques de Ciência e Tecnologia (PCT): Projetos de criação, consolidação, expansão ou requalificação de PCT, compreendendo edifícios e instalações específicas de uso comum tais como laboratórios, infraestruturas viárias, telecomunicações, infraestruturas de banda larga, distribuição de água e energia, recolha de resíduos e efluentes e outras tecnicamente necessárias;
- Infraestruturas físicas de Incubação de Empresas de Base Tecnológica (IEBT): Projetos de criação, consolidação, expansão ou requalificação de IEBT compreendendo, nomeadamente, edifícios e instalações específicas de uso comum tais como laboratórios, infraestruturas viárias, telecomunicações, infraestruturas de banda larga, distribuição de água e energia, recolha de resíduos e efluentes e outras tecnicamente necessárias;
- Empreendedorismo Tecnológico: Projetos estruturados de promoção de novas empresas de base tecnológica, promovidos pelas entidades gestoras de PCT ou IEBT ou por redes institucionais que integrassem, entre outros parceiros, as referidas entidades gestoras, excluindo o cofinanciamento direto de projetos empresariais;
- Serviços Partilhados: Reforço da capacidade de gestão de serviços partilhados no âmbito de PCT e IEBT visando a capacitação e o reforço do potencial humano e a disponibilidade de uma oferta de serviços otimizados às entidades utilizadoras, bem como projetos de melhoria da capacidade de gestão das entidades gestoras de PCT e IEBT, incluindo acções de *benchmarking* internacional e a participação em redes, associações e consórcios internacionais.

A gestão do SAPCTIEBT foi assegurada pelas Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais (POR).

Eram beneficiários do SAPCTIEBT: entidades sem fins lucrativos do SCTN (públicas ou privadas), ou entidades por elas participadas, sobre qualquer forma jurídica desde que o capital/participação fosse detido, maioritariamente, por entidades que não prosseguissem fins lucrativos; outras entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que tivessem como objeto a promoção do empreendedorismo de base científica e/ou tecnológica e *Business Innovation Centers*⁸.

Territorialmente, o SAPCTIEBT foi aplicado em todo o território continental nacional mas atendendo ao quadro de elegibilidade e aos recursos disponíveis em cada POR.

As candidaturas ao SAPCTIEBT processaram-se, em regra, através de concursos públicos, cujos Avisos de Abertura eram definidos e publicitado pelas Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais, sendo divulgados, para além dos meios legais estabelecidos, através dos respetivos sítios na Internet.

⁸ *Business Innovation Centers* (BIC): espaço condominial gerido por uma entidade certificada e auditada a nível Europeu, englobando uma forte componente de serviços avançados de apoio à gestão e com ligações a centros de I&D e a centros de transferência de tecnologia, bem como à incubação de empresas.

O apoio aos projetos aprovados no âmbito do SAPCTIEBT revestiu a forma de financiamento não reembolsável e a taxa máxima de financiamento⁹ (FEDER) foi de 70% das despesas elegíveis executadas por entidades públicas e privadas sem fins lucrativos.

4.3. SISTEMA DE APOIO A INFRA-ESTRUTURAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS (SAICT)

O Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas¹⁰ (SAICT) é uma tipologia de intervenção do Eixo Prioritário I dos Programas Operacionais Regionais do Continente, tendo sido operacionalizado através destes programas e financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

O SAICT visou consolidar e qualificar a oferta de tecnologias, serviços e produtos de base tecnológica, nomeadamente:

- Estender e otimizar a capacidade de afirmação das empresas e da sociedade portuguesa a nível internacional através da criação, promoção ou expansão de infraestruturas tecnológicas e de difusão de tecnologia que fomentassem a capacitação e a qualidade de entidades do SCTN e a sua interação com o tecido produtivo, promovendo a inovação tecnológica e estimulando a criação e o crescimento de novos negócios de base tecnológica;
- Estimular relações institucionais entre empresas, unidades de investigação e instituições de ensino superior e estabelecimentos de educação com cursos profissionais, aproximando centros de criação e difusão de conhecimento das empresas, fortalecendo sistemas regionais de inovação e desenvolvimento de competências;
- Estimular a criação de uma rede coerente de equipamentos e infraestruturas em instituições de investigação científica e tecnológica;
- Estimular a criação, em estabelecimentos do ensino básico e secundário, de uma rede coerente de infraestruturas e equipamentos tecnológicos, com vista à generalização de práticas pedagógicas inovadoras, à preparação dos alunos para a economia do conhecimento, à modernização da gestão escolar e à garantia da integridade das instalações e equipamentos educativos, no âmbito das iniciativas desenvolvidas pelo Plano Tecnológico da Educação¹¹;
- Promover a articulação entre as redes de ensino superior e da ciência e as infraestruturas das instituições de investigação científica e tecnológica;
- Consolidar e desenvolver redes de equipamentos científicos de uso comum;
- Racionalizar a rede nacional de infraestruturas tecnológicas e científicas;

⁹ As operações promovidas por entidades participadas maioritariamente por capitais municipais poderiam ter um co-financiamento comunitário até 80%.

¹⁰ Infra-estruturas que visam a investigação científica e desenvolvimento tecnológico, promovidas por instituições públicas de investigação, Laboratórios Associados, instituições privadas sem fins lucrativos que tenham como objectivo principal actividades de I&D, instituições do ensino superior, universitário e politécnico e entidades por elas criadas, entidades com personalidade jurídica internacional vocacionadas para actividades de I&D e Laboratórios do Estado.

¹¹ Programa integrado de modernização tecnológica da educação, construído por um conjunto de projectos e iniciativas que visam preparar as escolas e a comunidade educativa para a plena integração da Economia do conhecimento.

- Promover a participação de empresas e outros agentes nacionais em projetos mobilizadores de natureza científica, tecnológica e educativa, estimulando um ambiente inovador para o fomento da competitividade empresarial na economia do conhecimento;
- Fortalecer a capacidade de resposta das infraestruturas científicas e tecnológicas, dotando-as de capacidade efetiva de resposta aos desafios do tecido económico-productivo, nomeadamente no desenvolvimento de produtos, serviços e soluções de elevado valor acrescentado.

No âmbito do SAICT eram elegíveis as seguintes tipologias de operações:

- Infraestruturas Tecnológicas:
 - Infraestruturas físicas e equipamentos, compreendendo edifícios e instalações específicas de uso comum, equipamentos laboratoriais e outros, que permitissem o desenvolvimento de competências em áreas tecnológicas e de gestão relevantes para a competitividade das empresa e/ou a difusão do conhecimento;
 - Racionalização da Rede de Infraestruturas Tecnológicas, compreendendo projetos de racionalização da rede nacional ou das redes regionais, com impacto significativo no aumento da eficiência na utilização de recursos e competências já existentes, promovendo a consolidação de infraestruturas tecnológicas com massa crítica, combatendo a pulverização e a duplicação de entidades com objectivos sobrepostos e, ainda, promovendo a inserção das infraestruturas tecnológicas em redes internacionais. Incluíam-se nesta tipologia projetos de fusão e de criação de redes institucionais com Parques de Ciência e Tecnologia, Áreas de Acolhimento Empresarial e englobando ainda parceiros internacionais.
- Infraestruturas Científicas:
 - Construção e equipamento de novas instalações;
 - Adaptação, renovação, atualização e expansão de equipamentos científicos e respetivas infraestruturas de instituições científicas e tecnológicas;
 - Remodelação ou adaptação de infraestruturas da ciência com o objetivo de promoção das condições de segurança e da eficiência energética.
- Plano Tecnológico da Educação:
 - Projetos de infraestruturas de redes e equipamentos tecnológicos;
 - Projetos de desenvolvimento de plataformas e serviços tecnológicos para a educação.

A gestão do SAICT foi assegurada pelas Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais.

Eram beneficiários do SAICT: entidades sem fins lucrativos do SCTN (públicas ou privadas), ou consórcios com personalidade jurídica, de entidades por elas participadas, sobre qualquer forma jurídica desde que o capital/participação fosse detido, maioritariamente, por entidades que não prosseguissem fins lucrativos; entidades sem fins lucrativos e com personalidade jurídica internacional vocacionadas para actividades de I&D e I&DT; entidades da Administração Pública Central do Ministério da Educação, no âmbito do Plano Tecnológico da Educação; instituições do ensino superior e entidades por ela criadas; instituições públicas com atividade de I&D; Laboratórios do Estado e outros serviços públicos vocacionados para atividades de I&D; instituições privadas sem fins lucrativos que tivessem como objeto principal atividades de I&D, designadamente, Laboratórios Associados.

Territorialmente, o SAICT foi aplicado em todo o território continental, mas atendendo ao quadro de elegibilidade e aos recursos disponíveis em cada POR.

As candidaturas ao SAICT processaram-se, em regra, através de concursos públicos, cujos Avisos de Abertura eram definidos e publicitado pelas Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais, sendo divulgados, para além dos meios legais estabelecidos, através dos respetivos sítios na Internet.

O apoio aos projetos aprovados no âmbito do SAICT revestiu a forma de financiamento não reembolsável e a taxa máxima de financiamento¹² (FEDER) foi de 75% das despesas elegíveis executadas no caso das tipologias de infraestruturas e 75% no caso de projetos do Plano Tecnológico da Educação.

4.4. PROMOÇÃO DA CULTURA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO

O apoio no domínio da Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento (PCCTDC) foi enquadrado no Eixo Prioritário I dos Programas Operacionais Regionais do Norte, Centro e Alentejo, tendo sido operacionalizado através destes programas e financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

O apoio neste domínio visou a promoção da cultura científica e tecnológica, a disseminação e difusão do conhecimento bem como a consolidação e alargamento de infraestruturas e equipamentos de divulgação e animação científica e tecnológica.

Eram susceptíveis de financiamento, no âmbito da PCCTDC, as seguintes tipologias de operações:

- Projetos de criação e requalificação de infraestruturas e equipamentos de divulgação e animação científica e tecnológica, nomeadamente no âmbito da rede de Centros de Ciência Viva;
- Projetos de divulgação e promoção científica e tecnológica (incluindo a vertente ambiental) e produção de recursos e conteúdos para esse efeito (por via da criação de contextos adequados de colaboração entre instituições científicas, empresas, autarquias, escolas e outras instituições da sociedade civil).

¹² As operações promovidas por entidades participadas maioritariamente por capitais municipais poderiam ter um co-financiamento comunitário até 80%.

A gestão do domínio da PCCTDC foi assegurada pelas Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais.

As entidades beneficiárias foram: municípios e suas associações e áreas metropolitanas; fundações que desenvolvessem atividades científicas e tecnológicas; Associações Empresariais, Centros Tecnológicos, Parques de Ciência e Tecnologia e outras instituições privadas sem fins lucrativos que promovessem ou desenvolvessem actividades científicas e tecnológicas; entidades públicas e privadas sem fins lucrativos vocacionadas para atividades de divulgação científica e tecnológica; instituições de ensino de diferentes graus, incluindo do ensino superior, seus institutos e Centros de Investigação e Desenvolvimento (centros de I&D).

O âmbito territorial de aplicação do presente Regulamento correspondeu, em cada PO Regional, à respectiva NUT II.

As candidaturas ao domínio da PCCTDC processaram-se, em regra, através de concursos públicos, cujos Avisos de Abertura eram definidos e publicitado pelas Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais, sendo divulgados, para além dos meios legais estabelecidos, através dos respetivos sítios na Internet.

O financiamento das despesas elegíveis, no domínio da PCCTDC, assumiu a forma de subsídio não reembolsável, e a taxa máxima de financiamento das despesas elegíveis executadas foi de 60%¹³.

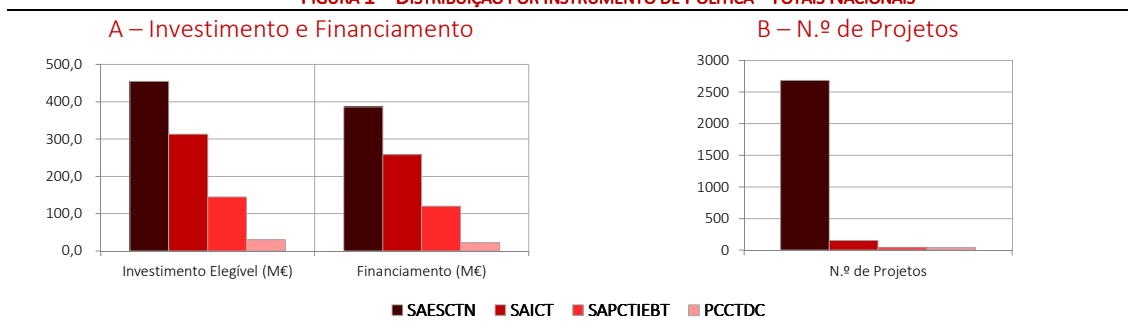
¹³ Em Fevereiro de 2015 o regulamento específico deste domínio foi alterado: a taxa global de co-financiamento passou para 70% e foi definida uma taxa máxima de comparticipação de 85% para operações asseguradas por entidades públicas que integrassem o perímetro de consolidação das contas públicas ou não integrando, por municípios, associações de municípios, áreas metropolitanas e entidades do sector empresarial local.

5. REALIZAÇÕES E RESULTADOS

Globalmente, e em termos nacionais, o investimento no Reforço do Sistema Científico e Tecnológico mobilizou um montante de investimento de, aproximadamente, 942,5 milhões de euros, a que correspondeu um financiamento comunitário de cerca de 785,8 milhões de euros. O montante de investimento foi executado através da realização de um total de 2.915 projetos.

Da distribuição dos projetos aprovados por instrumento constata-se uma clara predominância dos projetos aprovados no âmbito do SAESCTN. Este instrumento foi responsável por cerca de 92% do número total de projetos de investimento no Reforço do Sistema Científico e Tecnológico. Já no que se refere aos montantes de investimento e de financiamento, o peso do SAESCTN nos totais nacionais é de 48% e 49%, respetivamente.

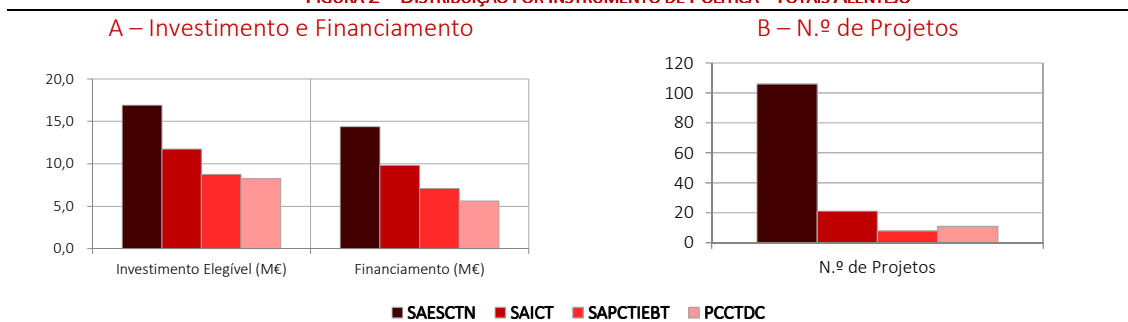
FIGURA 1 – DISTRIBUIÇÃO POR INSTRUMENTO DE POLÍTICA - TOTAIS NACIONAIS



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>)

Em termos comparativos, na região do Alentejo observa-se um perfil semelhante, quer na distribuição do número de projetos, quer na distribuição dos montantes de investimento e de financiamento, por instrumento de política.

FIGURA 2 – DISTRIBUIÇÃO POR INSTRUMENTO DE POLÍTICA - TOTAIS ALENTEJO



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>)

Relativamente à representatividade da região do Alentejo nos totais nacionais, constata-se que nas dimensões consideradas - “Investimento”, “Financiamento” e “N.º de Projetos” – esta é de apenas 5%.

5.1. CARACTERIZAÇÃO POR INSTRUMENTO DE POLÍTICA

5.1.1. SAESCTN

No âmbito do Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SAESCTN), o COMPETE e o POR Alentejo apoiaram, no período em análise para a região Alentejo, 106 projetos com um investimento elegível de 16,9 milhões de euros e um financiamento de 14,4 milhões de euros, em prol do crescimento e reforço do SCTN, e do incremento da articulação entre os centros de saber e as empresas.

O peso do SAESCTN no conjunto dos instrumentos desenhados para o reforço do SCT foi, na região Alentejo, de 73%, 37% e 39% do número de projetos aprovados, do investimento elegível e do financiamento comunitário atribuído, respetivamente.

Em termos nacionais, entre 2007 e 2013 foram abertos 31 concursos, no âmbito dos quais foram aprovados 2.685 projetos, que corresponderam a um investimento global de cerca de 454,7 milhões de euros e a um financiamento comunitário de 386,1 milhões de euros.

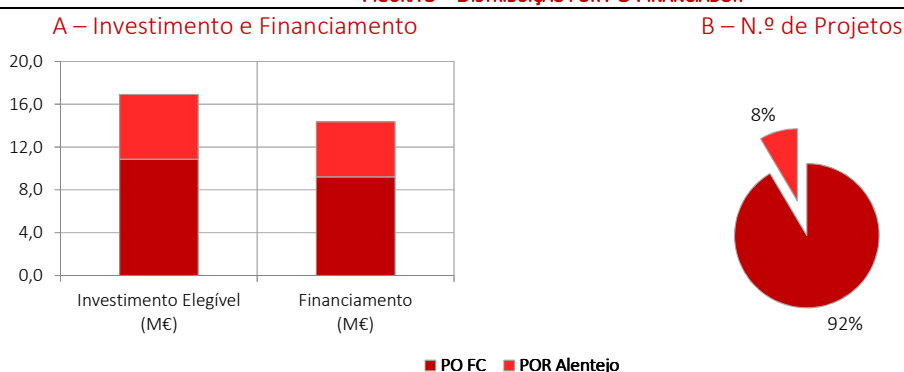
No que se refere à região Alentejo, os projetos aprovados corresponderam a cerca de 4% do total nacional, observando-se um peso semelhante da região nos montantes de investimento e de financiamento comunitário.

Os projetos executados sob o enquadramento do COMPETE alcançaram um valor total na ordem dos 10,9 milhões de euros, e um financiamento que ascendeu a cerca de 9,2 milhões de euros.

O POR Alentejo apoiou um montante de investimento que se cifrou em cerca de 6,1 milhões de euros, tendo correspondido à concessão de um financiamento de aproximadamente 5,2 milhões de euros.

Quanto ao número de projetos apoiados, o POR Alentejo foi responsável por apenas 9 projetos, num total de 106.

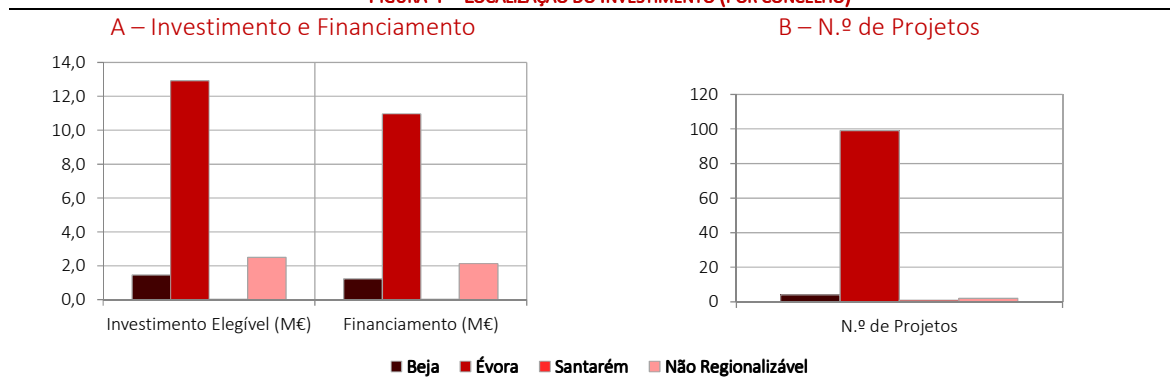
FIGURA 3 – DISTRIBUIÇÃO POR PO FINANCIADOR



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>)

No que se refere à localização do investimento no território da região, constata-se a clara predominância do concelho de Évora, que traduz naturalmente o protagonismo da Universidade de Évora, no âmbito do SCT Regional, uma vez que a totalidade dos projetos localizados no concelho de Évora foi assegurada pela Universidade de Évora.

FIGURA 4 – LOCALIZAÇÃO DO INVESTIMENTO (POR CONCELHO)

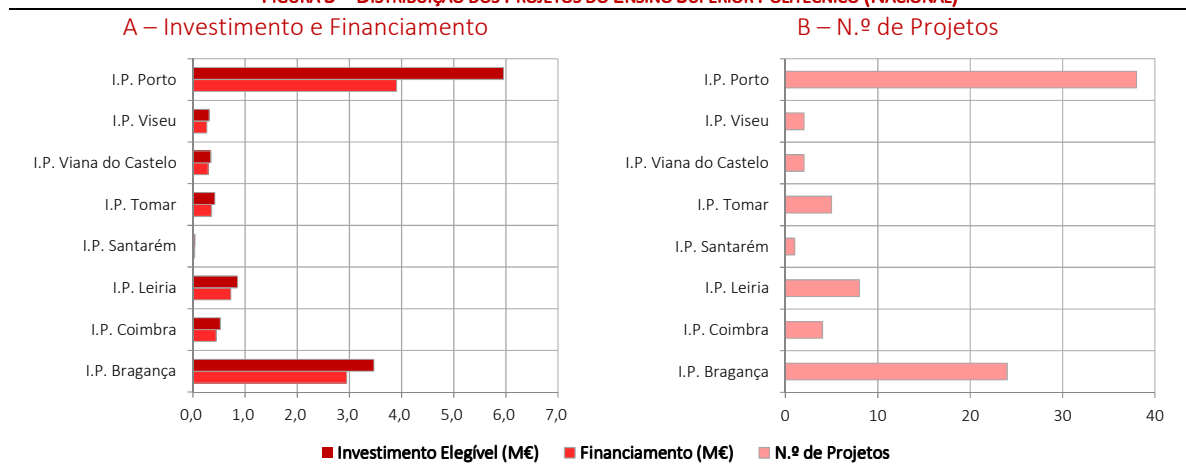


Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos- aprovados-qren>)

Além da Universidade de Évora foram beneficiários do SAESCTN, na região, o CEBAL - Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-Alimentar do Baixo Alentejo e Litoral (4 projetos) e o Instituto Politécnico de Santarém (1 projeto).

De salientar a escassa representação das instituições do ensino superior politécnico da região do Alentejo, no que se refere aos projetos aprovados no âmbito do SAESCTN. Mesmo considerando o projeto multi-regional promovido pelo Instituto Politécnico de Beja, o peso destas instituições é de apenas 2% dos totais nacionais (n.º de projetos, investimento elegível e financiamento comunitário).

FIGURA 5 – DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS DO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO (NACIONAL)



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos- aprovados-qren>)

Destaca-se ainda o facto de cerca de 46% das candidaturas serem promovidas por instituições em associação, potenciando uma cooperação alargada entre diferentes grupos de investigação e a complementaridade de competências em equipas multidisciplinares.

5.1.2. SAPCTIEBT

No âmbito do Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (SAPCTIEBT) foram aprovados 8 projetos que mobilizaram, no seu conjunto, um investimento elegível de 8,8 milhões de euros e um financiamento de 7,1 milhões de euros, na região do Alentejo.

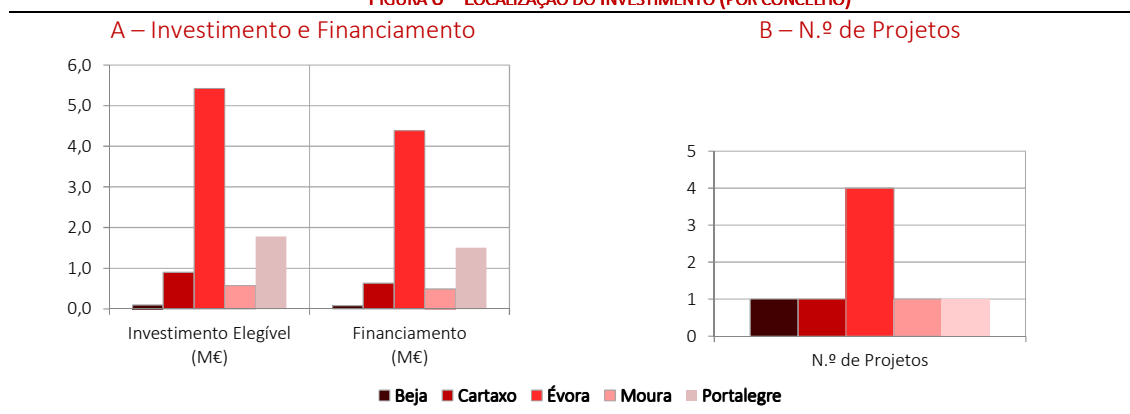
O peso do SAPCTIEBT no conjunto dos instrumentos desenhados para o reforço do SCT foi, na região Alentejo, 5% do número de projetos aprovados e 19% do investimento elegível e do financiamento comunitário atribuído.

Em termos nacionais, entre 2007 e 2013 foram aprovados 40 projetos, que corresponderam a um investimento global de cerca de 144,6 milhões de euros e a um financiamento comunitário de 120,1 milhões de euros.

No que se refere à região Alentejo, os projetos aprovados corresponderam a cerca de 20% do total nacional, e a cerca de 6% dos montantes totais de investimento e de financiamento comunitário.

Relativamente à localização do investimento no território da região, constata-se a clara predominância do concelho de Évora, onde se localizam 4 dos 8 projetos, envolvendo um investimento de 5,4 milhões de euros (62% do total investido na região ao abrigo do SAPCTIEBT).

FIGURA 6 – LOCALIZAÇÃO DO INVESTIMENTO (POR CONCELHO)



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>)

Através da consulta da listagem de projetos aprovados verifica-se que apenas uma infraestrutura - Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo - é responsável por 40% do montante de investimento e por 42% do financiamento.

QUADRO 4 – PROJETOS APROVADOS NO ÂMBITO DO SAPCTIEBT - ALENTEJO

Beneficiários	Projetos	Investimento Elegível (%)	Financiamento (%)
Lógica, E.M.	Infraestruturas do Parque Tecnológico de Moura	6,5	6,9
I. P. de Beja	Sistema Regional de Transferência de Tecnologia	1,1	1,2
I. P. de Portalegre	Centro de Bioenergia e Incubadora de Base Tecnológica	20,2	21,3
PCTA, SA	Governança e Infraestruturas Centrais Comuns, Espaço de Localização de Empresas e Espaços Exteriores do PCTA	40,0	42,0
ADRAL, SA	Centro IDEA - Centro de Inovação e Desenvolvimento Económico do Alentejo	4,6	4,8
NERE AE	Centro de Negócios do Alentejo	5,6	4,8
ANJE	Incubadora BRAINLINK	11,7	10,1
IDERSANT	Incubadora de Empresas de Base Tecnológica	10,3	8,9
Total	8	8,8 M€ (100%)	7,1 M€ (100%)

Fonte: Autores do EC, com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>)

5.1.3. SAICT

No âmbito do Sistema de Apoio a Infra-estruturas de Ciência e Tecnologia (SAICT) foram aprovados 21 projetos que mobilizaram, no seu conjunto, um investimento elegível de 11,7 milhões de euros e um financiamento de 9,8 milhões de euros, na região Alentejo.

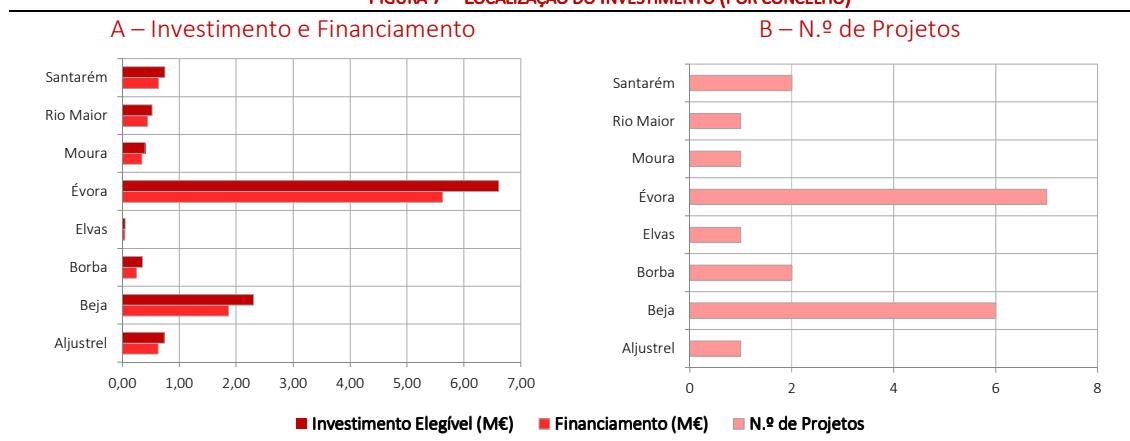
O peso do SAICT no conjunto dos instrumentos desenhados para o reforço do SCT foi, na região Alentejo, 14%, 26% e 27% do número de projetos aprovados, do investimento elegível e do financiamento comunitário atribuído, respetivamente.

Em termos nacionais, entre 2007 e 2013 foram aprovados 152 projetos, que corresponderam a um investimento global de cerca de 313,1 milhões de euros e a um financiamento comunitário de 257,6 milhões de euros.

No que se refere à região Alentejo, os projetos aprovados corresponderam a cerca de 14% do total nacional, e a cerca de 4% dos montantes totais de investimento e de financiamento comunitário.

Quanto à localização do investimento, observa-se a concentração em torno dos concelhos de Évora e Beja. Conjuntamente, os projetos localizados nestes dois concelhos mobilizaram 76% dos montantes de investimento e de financiamento, executados através de 13 dos 21 projetos aprovados no âmbito do SAICT.

FIGURA 7 – LOCALIZAÇÃO DO INVESTIMENTO (POR CONCELHO)



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN
(<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>)

No que se refere às entidades beneficiárias constata-se que a Universidade de Évora foi responsável pela execução de 7 dos 21 projetos, tendo mobilizado um investimento de cerca de 6,6 milhões, ao qual correspondeu a atribuição de 5,6 milhões de financiamento comunitário.

Os estabelecimentos do ensino superior politécnico da região foram também responsáveis por uma parcela relevante do investimento apoiado; no seu conjunto foram responsáveis por um investimento de 2,6 milhões de euros, tendo obtido um financiamento de 2,2 milhões de euros.

QUADRO 5 – PROMOTORES DOS PROJETOS APROVADOS NO ÂMBITO DO SAICT - ALENTEJO

Beneficiários	N.º de Projetos	Investimento Elegível (%)	Financiamento (%)
ACOS - Associação de Agric...	2	4,9	4,5
CEBAL - Centro de Biotec...	2	3,3	3,1
COTR - Centro Operativo ...	1	0,6	0,5
CEVALOR - Centro Tecnol...	2	3,0	2,5
I.P. Beja	1	10,8	10,9
I.P. Portalegre	1	0,4	0,4
I.P. Santarém	3	10,8	11,0
LNEG - Laboratório Nac...	1	6,3	6,4
LÓGICA - Sociedade Gest...	1	3,4	3,5
Universidade de Évora	7	56,4	57,2
Total	21	11,7 M€ (100%)	9,8 M€ (100%)

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN
(<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>)

5.1.4. PCCTDC

No âmbito da Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento (PCCTDC) foram aprovados 11 projetos que envolveram, no seu conjunto e na região Alentejo, um investimento elegível de 8,2 milhões de euros e um financiamento de 5,6 milhões de euros.

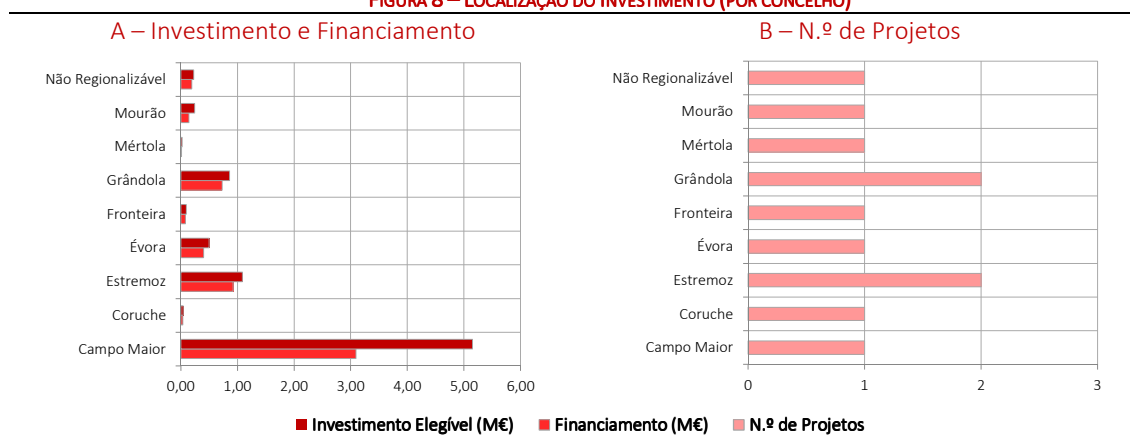
O peso do SAICT no conjunto dos instrumentos desenhados para o reforço do SCT foi, na região Alentejo, 8%, 18% e 15% do número de projetos aprovados, do investimento elegível e do financiamento comunitário atribuído, respetivamente.

Em termos nacionais, entre 2007 e 2013 foram aprovados 38 projetos, que corresponderam a um investimento global de cerca de 30,0 milhões de euros e a um financiamento comunitário de 22,0 milhões de euros.

No que se refere à região Alentejo, os projetos aprovados corresponderam a cerca de 29% do total nacional, e a cerca de 27% e de 26% dos montantes totais de investimento e de financiamento comunitário, respetivamente.

Relativamente à localização do investimento no território da região, constata-se uma marcada predominância do concelho de Campo Maior, embora tal se deva apenas a um projeto aprovado. Este projeto, *per se*, representou cerca de 63% do montante de investimento total apoiado pelo PCCTDC, na região do Alentejo.

FIGURA 8 – LOCALIZAÇÃO DO INVESTIMENTO (POR CONCELHO)



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>)

Quanto aos projetos aprovados no âmbito do instrumento PCCTDC, apenas um se destaca pela sua dimensão - “Museu do Café Delta”. Este projeto, promovido pela Delta Ciência e Desenvolvimento - Associação para o Desenvolvimento da Investigação Científica e das Atividades dos Museus e das Ciências Sociais e Humanas, envolveu um investimento elegível superior a 5 milhões de euros e a atribuição de um financiamento comunitário de cerca de 3 milhões de euros.

Os Centros de Ciência Viva (da Rede Nacional de Centros de Ciência Viva), enquanto entidades beneficiárias, foram responsáveis por quatro projetos. Estes projetos foram promovidos pelo Centro de Ciência Viva do Lousal (1 projeto), pelo Centro de Ciência Viva de Estremoz (2 projetos) e pelo Centro de Estudos da Avifauna Ibérica (1 projeto).

No seu conjunto, estes projetos envolveram, na região Alentejo, um investimento de 1,7 milhões de euros e um financiamento comunitário de 1,4 milhões de euros. Estes valores representam 24% do montante total de investimento e de financiamento comunitário, mobilizado pelos centros da Rede Nacional de Centros Ciência Viva em todo o país.

QUADRO 6 – PROJETOS APROVADOS NO ÂMBITO DO PCCTDC - ALENTEJO

Beneficiários	Projetos	Investimento Elegível (%)	Financiamento (%)
AJPRA	“Espaço água, eficiência energética e desenvolvimento sustentável”	6,1	7,1
Centro Ciência Viva do Lousal	“AMPERE - Memória Ciência Viva: Arqueologia Mineira e Património Elétrico como Recursos Educativos”	4,8	6,0
Campo Arqueológico de Mértola	“Casa José Mattoso - Centro de Documentação e de Investigação”	0,3	0,3
Centro Ciência Viva de Estremoz	– “Renova 2011 - Exposição Interativa” – “CITE Alentejo - Ciência, Inovação, Tecnologia e Educação no Alentejo”	13,2	16,4
Centro de Estudos da Avifauna Ibérica	“Tornar visível o que não se vê”	3,0	2,6
Delta Ciência e Desenvolvimento	“Museu do Café Delta”	62,6	55,0
Fundação Frédérique Velge	“Mina de Ciência”	5,6	7,0
Lógica, E.M.	“Experimenta Energia”	2,7	3,4
Município de Coruche	“SUBERMAN - Manual de Boas Práticas de Gestão do Montado Para Aves”	0,5	0,7
Município de Fronteira	“Parque de Ciências de Fronteira”	1,2	1,5
Total	11	8,2 M€ (100%)	5,6 M€ (100%)

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>)

5.2. CARACTERIZAÇÃO POR ENTIDADE DO SCTR DO ALENTEJO

No âmbito do investimento no Reforço do Sistema Científico e Tecnológico, as entidades do SCTR do Alentejo foram responsáveis pela execução de cerca de 76% do investimento elegível, 80% do financiamento concedido e 91% do número total de projetos.

A distribuição dos projetos aprovados pelas entidades do SCTR evidencia o forte contributo da Universidade de Évora, entidade responsável pela execução de 108 projetos, num total de 146 projetos.

A Universidade de Évora mobilizou, *per se*, um investimento de 22 milhões de euros, a que correspondeu a atribuição de um financiamento 18,7 milhões de euros.

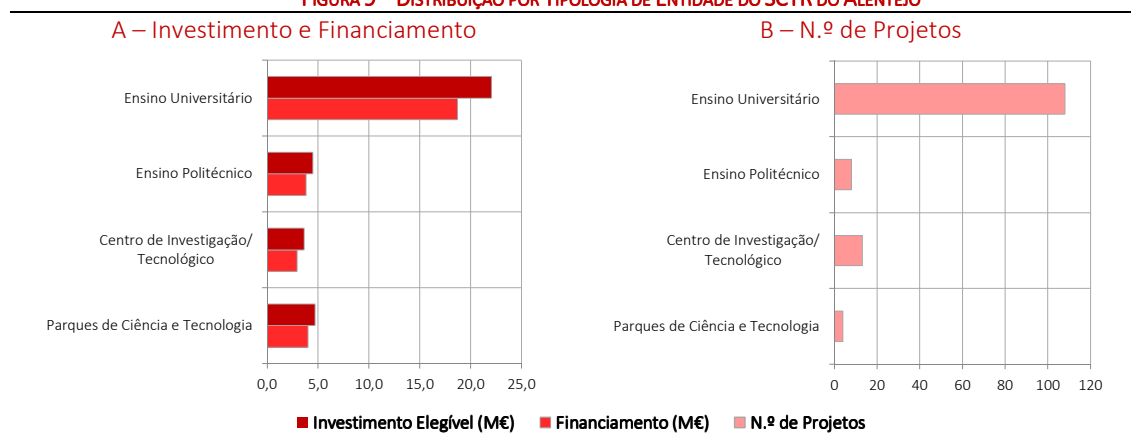
QUADRO 7 – DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS POR ENTIDADES DO SCTR DO ALENTEJO

Entidade	N.º de Projetos	Investimento Elegível (%)	Financiamento (%)
ACOS – Associação de Agric...	2	1,27	1,20
CAM – Campo Arqueológico...	1	0,05	0,04
CEBAL – Centro de Biotec...	6	4,05	4,18
COTR – Centro Operativo ...	1	0,15	0,13
CEVALOR – Centro Tecnológ...	2	0,78	0,67
I.P. Beja	2	2,98	3,14
I.P. Portalegre	2	4,00	4,21
I.P. Santarém	4	2,86	3,01
LNEG – Laboratório Nacional ...	1	1,62	1,70
Parque Tecnológico de Moura ¹⁴	3	2,63	2,76
Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo	1	7,68	8,08
Universidade de Évora	108	48,26	50,70
Total	146	45,7 M€ (100%)	36,9 M€ (100%)

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>)

Através do agrupamento dos projetos aprovados por tipologia de entidade do SCTR do Alentejo, contata-se, em consequência do protagonismo da Universidade de Évora, a preponderância da tipologia “Ensino Universitário”, seguida das tipologias “Parques de Ciência e Tecnologia” e “Ensino Politécnico”, responsáveis por cerca de 63%, 14% e 13% do investimento e do financiamento registado, respetivamente.

FIGURA 9 – DISTRIBUIÇÃO POR TIPOLOGIA DE ENTIDADE DO SCTR DO ALENTEJO



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>)

¹⁴ Projeto apresentado pela Lógica – Sociedade Gestora do Parque Tecnológico de Moura, SA.

5.3. CARACTERIZAÇÃO POR DOMÍNIO CIENTÍFICO

A caracterização do investimento no Reforço do Sistema Científico e Tecnológico por domínio científico (*vd.* Capítulo 2), apenas é possível para os projetos apoiados pelo SAESCTN, uma vez que esta caracterização se baseia na informação disponibilizada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

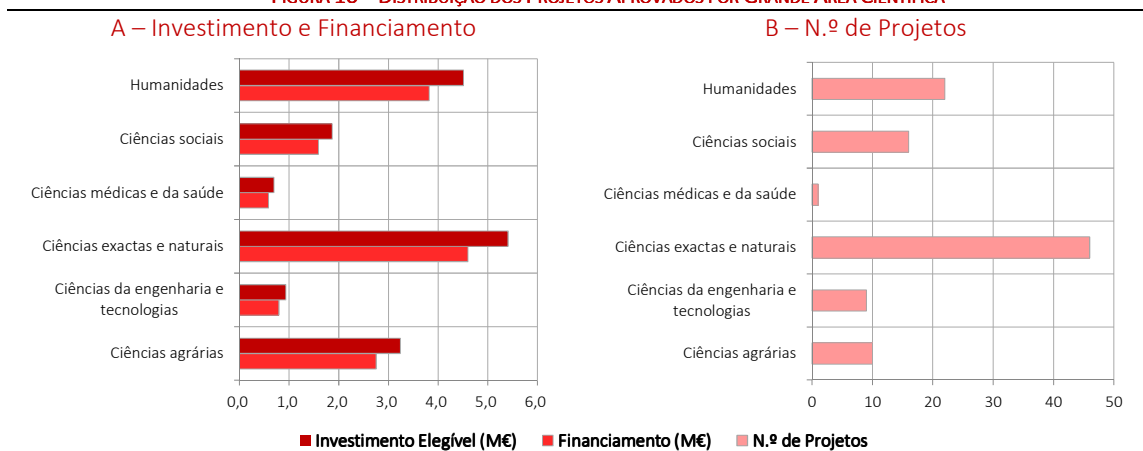
De acordo com a distribuição dos projetos aprovados por Grande Área Científica (FOS) constata-se o predomínio de candidaturas aprovadas nas Ciências Exatas e Naturais. Estas foram responsáveis por 32% dos montantes totais de investimento e de financiamento e 43% do número total de projetos.

A área das Humanidades foi responsável por 21% do número total de projetos aprovados e por cerca de 27% dos montantes globais de investimento e de financiamento.

A área das Ciências Agrárias, a terceira em termos de importância em relação ao montante de investimento, foi responsável por 9% do número total de projetos e cerca de 19% dos montantes globais de investimento e de financiamento.

Com menor expressão surgem as grandes áreas científicas das Ciências Sociais, das Ciências da Engenharia e Tecnologias e das Ciências Médicas e da Saúde.

FIGURA 10 – DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS POR GRANDE ÁREA CIENTÍFICA



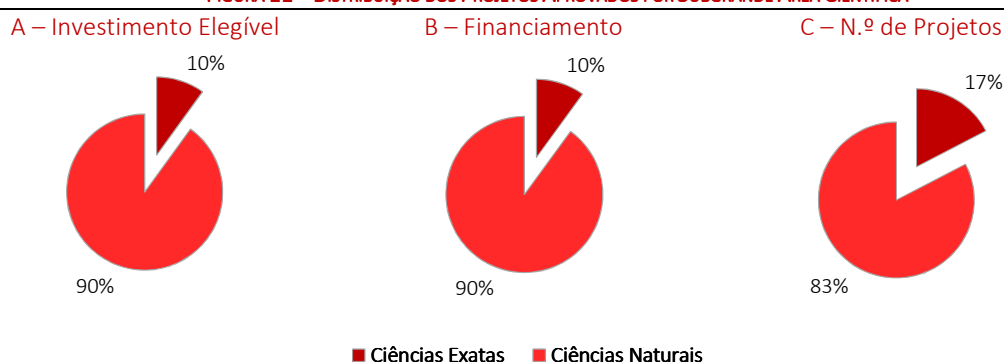
Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN e dados da FCT (<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>, <http://www.fct.pt/apoios/projectos/consulta/areas.phtml>)

A subdivisão das Ciências Exatas e Naturais, por Subgrande Área Científica, evidência uma forte incidência de projetos das Ciências Naturais e, conseqüentemente, uma fraca representatividade dos projetos das Ciências Exatas.

As Ciências Naturais englobaram 38 projetos e responderam por um montante total de investimento de 4,9 milhões de euros e por um financiamento de 4,1 milhões de euros.

As Ciências Exatas contaram apenas com 8 projetos aprovados aos quais está associado um investimento de cerca de 541 milhares de euros e um financiamento de aproximadamente 460 milhares de euros.

FIGURA 11 – DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS POR SUBGRANDE ÁREA CIENTÍFICA

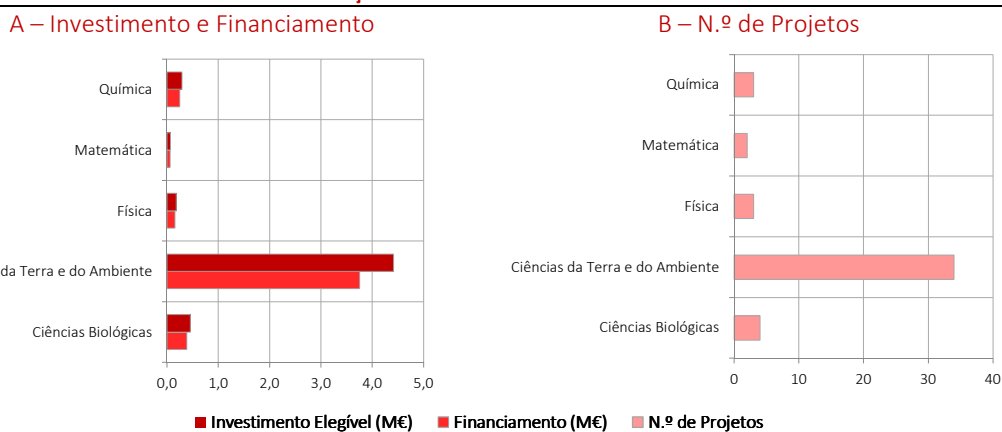


Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN
 (<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>, <http://www.fct.pt/apoios/projectos/consulta/areas.phtml>)

Na Subgranda Área das Ciências Naturais destacam-se os projetos pertencentes à Área Científica Ciências da Terra e do Ambiente. Esta área, *per se*, respondeu por um investimento de 4,4 milhões de euros, a que correspondeu um financiamento comunitário de 3,8 milhões de euros, executado através da realização de 34 projetos.

A Subgranda Área das Ciências Naturais compreendeu ainda 4 projetos da Área Científica das Ciências Biológicas, responsáveis por um investimento de cerca de 455 milhares de euros e um financiamento de aproximadamente 387 milhares de euros.

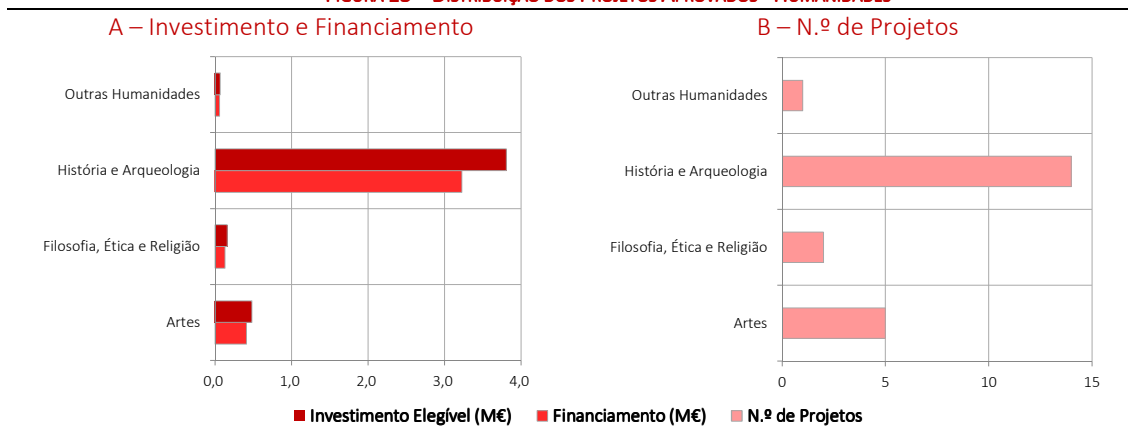
FIGURA 12 – DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS - CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN e dados da FCT
 (<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>, <http://www.fct.pt/apoios/projectos/consulta/areas.phtml>)

Ao nível da Grande Área das Humanidades sobressai a Área Científica da História e Arqueologia. Nesta área foram aprovados 14 projetos (64% do número total de projetos) que mobilizaram um investimento de cerca de 3,8 milhões de euros e a atribuição de um financiamento de aproximadamente 3,2 milhões de euros. Os montantes de investimento e de financiamento associados a esta área representaram cerca de 84% dos totais da Grande Área das Humanidades.

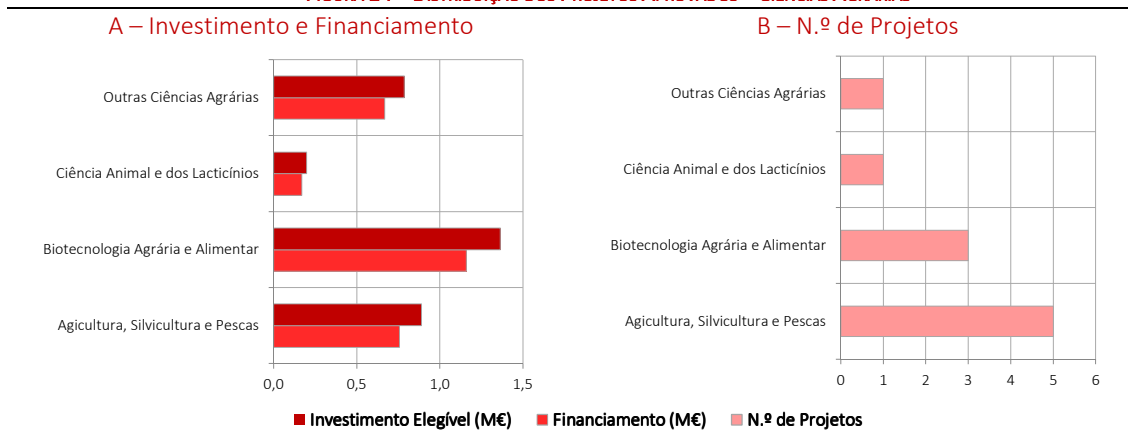
FIGURA 13 – DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS - HUMANIDADES



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN e dados da FCT
<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>, <http://www.fct.pt/apoios/projectos/consulta/areas.phtml>

Na Grande Área das Ciências Agrárias destacam-se as áreas científicas da Biotecnologia Agrária e da Agricultura, Silvicultura e Pescas. Conjuntamente, estas áreas representaram cerca de 70% dos montantes de investimento e de financiamento comunitário e, aproximadamente, 80% do número de projetos.

FIGURA 14 – DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS – CIÊNCIAS AGRÁRIAS



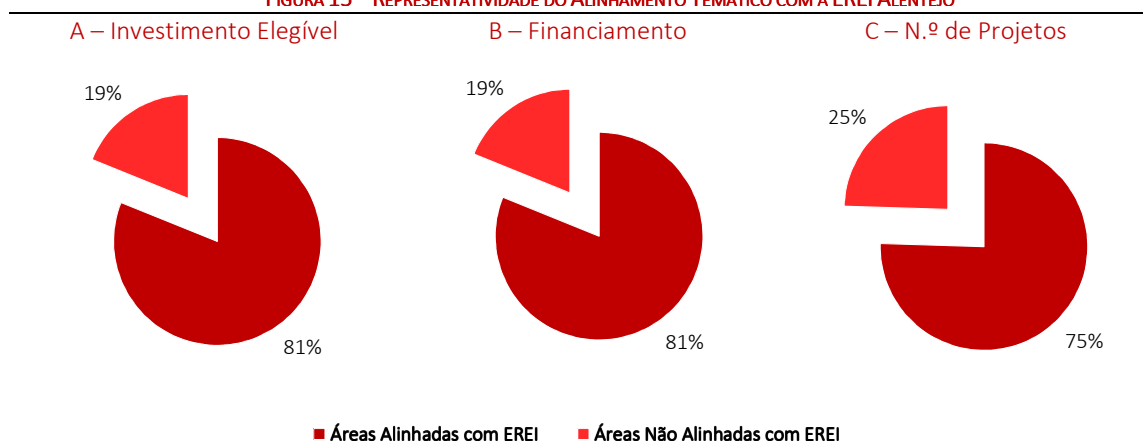
Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN e dados da FCT
<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>, <http://www.fct.pt/apoios/projectos/consulta/areas.phtml>

Em relação às grandes áreas científicas das Ciências da Engenharia e Tecnologias e das Ciências Médicas e da Saúde, ambas com menor expressão que as outras grandes áreas, salienta-se a aprovação de apenas um projeto no caso das Ciências Médicas e da Saúde e de 9 projetos relativos às Ciências da Engenharia e Tecnologias. Globalmente estas duas grandes áreas executaram 10 projetos, que envolveram um investimento de cerca de 1,6 milhões de euros e a atribuição de um financiamento na ordem dos 1,4 milhões de euros.

5.4. CARACTERIZAÇÃO DA INSERÇÃO NA ESTRATÉGIA REGIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE DO ALENTEJO (EREI ALENTEJO)

A caracterização do investimento no Reforço do Sistema Científico e Tecnológico por domínio de especialização da EREI do Alentejo, baseada no alinhamento temático dos domínios de especialização desta estratégia com as Áreas Científicas (de acordo com a classificação FOS) dos projetos apoiados¹⁵, revela que 81% do investimento foi realizado em áreas compreendidas nos domínios de especialização da EREI do Alentejo. O investimento em áreas alinhadas com os domínios de especialização da EREI do Alentejo correspondeu a cerca de 13,7 milhões de euros e a 11,7 milhões de euros de financiamento.

FIGURA 15 – REPRESENTATIVIDADE DO ALINHAMENTO TEMÁTICO COM A EREI ALENTEJO



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN e dados da FCT (<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>, <http://www.fct.pt/apoiios/projectos/consulta/areas.phtml>)

Através da análise desagregada por domínio de especialização constata-se que os domínios de especialização responsáveis pelas maiores fatias de investimento são os domínios “Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais” e “Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo”. Conjuntamente, estes domínios enquadraram 70% do investimento alinhado com a EREI do Alentejo, através de 59 projetos aprovados.

O domínio de especialização “Alimentação e Floresta” enquadra também uma parcela significativa do investimento apoiado, cifrando-se este em 3,3 milhões de euros ao qual correspondeu um financiamento de 2,8 milhões de euros.

¹⁵ Análise feita apenas para os projetos apoiados no âmbito do SAESCTN, uma vez que para os restantes projetos não existe informação sobre a área científica em que se inserem.

QUADRO 8 – DISTRIBUIÇÃO POR DOMÍNIO DE ESPECIALIZAÇÃO DA EREI ALENTEJO

Domínio de Especialização	N.º de Projetos	Investimento Elegível (%)	Financiamento (%)
Alimentação e Floresta	12	24,2	24,2
Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais	38	36,5	36,5
Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo	21	33,4	33,3
Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente	8	5,5	5,5
Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social	1	0,5	0,5
Total	80	13,7 M€ (100%)	11,7 M€ (100%)

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN e dados da FCT
 (<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>, <http://www.fct.pt/apoiios/projectos/consulta/areas.phtml>)

6. PRINCIPAIS CONCLUSÕES

As principais evidências que sobressaem da Análise do Perfil de Investimento no Reforço do Sistema Científico e Tecnológico Apoiado pelo QREN 2007-2013 na Região do Alentejo são:

- O investimento no Reforço do Sistema Científico e Tecnológico Regional do Alentejo aprovado, sob o enquadramento do QREN, alcançou um valor total na ordem dos 45,7 milhões de euros e um financiamento que ascendeu a cerca de 36,9 milhões de euros. Os valores observados na região Alentejo representaram cerca de 5% dos totais nacionais (nas dimensões “Investimento”, “Financiamento” e “N.º de Projetos”).
- O investimento no Reforço do Sistema Científico e Tecnológico Regional do Alentejo apoiado pelo QREN representou, aproximadamente, 21% do montante total da despesa em I&D¹⁶ na região, dos setores Estado, Ensino Superior e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, no período 2007-2012¹⁷.
- Relativamente à distribuição do investimento e do número de projetos apoiadas por programa operacional financiador, constata-se que o Programa Operacional Fatores de Competitividade enquadrou cerca de 24% do investimento e 66% do número total de projetos, enquanto que o Programa Operacional Regional do Alentejo apoiou, aproximadamente, 76% do investimento e 34% dos projetos.
- No conjunto dos instrumentos implementados para apoiar o investimento no reforço do SCT, o SAESCTN assumiu a posição de liderança, tendo enquadrado 73%, 37% e 39% do número de projetos aprovados, do investimento elegível e do financiamento comunitário atribuído, respetivamente.
- A análise do perfil do investimento revela uma concentração marcada no concelho de Évora, explicada pelo protagonismo da Universidade de Évora e do Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo, enquanto entidades beneficiárias dos diferentes sistemas de apoio.
- As entidades integrantes do SCT Regional do Alentejo foram beneficiárias em cerca de 91% do número total de projetos e enquadraram, aproximadamente, 76% do volume total de investimento.
- Os projetos aprovados evidenciaram uma concentração clara em torno de três domínios científicos e tecnológicos: “Ciências Exatas e Naturais”, “Humanidades” e “Ciências Agrárias”. A desagregação destes domínios revela que as áreas científicas mais significativas, em dimensão do montante de investimento e do número de projetos, são as áreas das “Ciências da Terra e do Ambiente”, da “História e Arqueologia” e a “Biotecnologia Agrária”.
- Constata-se um significativo alinhamento do perfil de investimento no Reforço do Sistema Científico e Tecnológico Regional à EREI do Alentejo: 81% do investimento foi realizado em áreas relacionadas com os domínios de especialização da EREI do Alentejo.

¹⁶ De acordo com o INQUÉRITO AO POTENCIAL CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL – 1982 a 2012, “3 Décadas de indicadores de I&D em Portugal”, Dezembro de 2014.

¹⁷ Último ano com informação disponível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Regulamentos Específicos dos Sistemas de Apoio

(<http://www.pofc.qren.pt/areas-do-competeciencia-e-conhecimento>)

Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo – EREI Alentejo

(http://webb.ccdr-a.gov.pt/docs/ccdra/alentejo2020/EREI_Alentejo_vf.pdf)

Revised Field of Science and Technology (FOS) Classification in the Frascati Manual

(<http://www.oecd.org/science/inno/38235147.pdf>)

Classificação de Domínios Científicos e Tecnológicos, 2007 (FOS) – Versão Portuguesa

([http://www.dgeec.mec.pt/np4/28/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=26&fileName=Classificacao_FOS_VersaoPortuguesa.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/28/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=26&fileName=Classificacao_FOS_VersaoPortuguesa.pdf))

Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional – 1982 a 2012, “3 Décadas de indicadores de I&D em Portugal”, Dezembro de 2014

([http://www.dgeec.mec.pt/np4/206/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=11&fileName=IPCTN_SerieLonga_23122014.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/206/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=11&fileName=IPCTN_SerieLonga_23122014.pdf))



UNIVERSIDADE
DE ÉVORA



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional